

O dialeto caipira: expressão não regulamentada e resistência

WALTER PRAXEDES*

para Eva Bueno

As inúmeras formas de preconceito e discriminação existentes em relação ao dialeto caipira no Brasil são uma expressão viva da cumplicidade mantida com as línguas e culturas dominantes. Quando utilizamos como critérios de correção e elegância apenas as formas linguísticas orais e escritas de origem europeia e faladas pelos estratos dominantes da sociedade brasileira, estamos sendo cúmplices com as instituições dominantes e legitimando a sua dominação.

Este artigo foi escrito com a intenção de contribuir para a “[...] criação de um contexto favorável aos marginalizados e oprimidos, para a recuperação da sua história, da sua voz, e para a abertura das discussões acadêmicas para todos” (Bonnici, 2000, p. 10).

Variações da linguagem oral: sob os efeitos da dominação colonial

Em um país em que convivem incontáveis coletividades humanas com as mais diferentes origens geográficas, nacionais, étnicas, culturais e linguísticas, ainda não discutimos

suficientemente como apenas a língua portuguesa se consolidou enquanto a única legítima e oficial, marginalizando todas as demais, principalmente as línguas de origem indígena e africana. Um outro agravante: de acordo com Eduardo Guimarães (2004), que pesquisou a diversidade linguística do Brasil, através do Instituto de Estudos Linguísticos da Universidade de Campinas, podem ser identificados pelo menos sete dialetos principais falados pelos brasileiros nas várias regiões do país – amazônico, nordestino, baiano, cuiabano, mineiro, sulista, fluminense, com cerca de 20 variações, e em cada uma das variações, outras tantas formas incontáveis. O problema é que “os dialetos do Centro-sul são privilegiados politicamente, dando até status a quem os fala. Enquanto isso, os dialetos do Norte e do Nordeste, por exemplo, são depreciados” (Guimarães, 2004).

Na história do Brasil, o idioma português foi imposto como língua oficial, com a proibição e estigmatização das línguas discordantes do código padrão decretado



* WALTER PRAXEDES é docente na Universidade Estadual de Maringá. Doutor em Educação pela USP e coautor de *O Mercosul e a sociedade global* (São Paulo, Ática, 1998) e *Dom Hélder Câmara: entre o poder e a profecia*, publicada no Brasil pela Editora Ática (1997) e na Itália pela Editrice Queriniana (1999).

pelo Marquês de Pombal. Para Luiz Carlos Villalta,

no reinado de D. José I, de quem foi ministro o poderoso Sebastião José de Carvalho e Mello, conhecido pelo título de marquês de Pombal (1750 a 1777), implantou-se uma política de imposição da língua portuguesa... Em 1770, Pombal ordenou aos mestres de língua latina que, ao receberem seus alunos, os instruísem previamente, por seis meses, na língua portuguesa, usando a Gramática portuguesa, composta por Antônio José dos Reis Lobato (Villalta, 2004, p. 61).

Um efeito direto do poder do estado metropolitano sobre as populações colonizadas é o saldo negativo da redução das cerca de 1200 línguas que eram faladas antes da chegada dos portugueses ao país que veio a se chamar Brasil, para as cerca de 200 que atualmente ainda sobrevivem no país, segundo Eduardo Guimarães, das quais 150 são indígenas. (Guimarães, 2004)

Como afirma a professora Ana Maria Stahl Zilles,

Esta questão, que poderia, à primeira vista, parecer desgastada, secundária ou mesmo circunscrita ao domínio das diferenças entre a fala e a escrita, é, na verdade uma ótima representação da história da língua portuguesa no Brasil: uma história de conflitos, muitas vezes de batalhas sangrentas, de imposições legais (não esqueçamos que nossa ortografia é matéria de lei), de preconceitos, de exclusões e de silenciamentos. Longe de ser uma história gloriosa e pacífica, portanto, como se poderia crer pela contumaz invisibilidade de nossas questões linguísticas (Zilles, 2005, p. 72).

Discriminação contra o dialeto caipira

No Brasil, desde o final do período colonial até o presente, o acesso privilegiado e a assimilação da língua dominante através do sistema escolar de ensino por parte das populações urbanas, historicamente se transformou em um mecanismo simbólico de distinção utilizado por aqueles que tiveram acesso à educação escolar, para se diferenciarem e distanciarem daqueles aos quais o mesmo acesso foi negado. Garantiu-se, assim, um melhor posicionamento dos primeiros na competição pelos melhores postos disponíveis no mercado de trabalho urbano e até rural, reservando para os falantes das formas de sobrevivência do dialeto caipira as ocupações de menor prestígio e remuneração, como as de agricultores, ajudantes, serventes, faxineiros, pedreiros, carregadores, ensacadores, domésticos, vigilantes, garis etc.

O professor José de Sousa Martins interpreta histórica e socialmente como o dialeto caipira resultou da hibridação da língua metropolitana com os falares indígenas. Para Martins,

O considerado “falar errado” nesse caso de fato não é “errado”. Trata-se de um dialeto. No caso do falar caipira, trata-se do dialeto caipira, uma variação dialetal da língua portuguesa fortemente influenciada pelo nheengatu ou língua geral”. O dialeto caipira decorreu, no meu modo de ver, da predominância do português falado sobre o português escrito, num universo de fala em que a população também falava nheengatu cotidianamente, mais do que o português. Minha impressão é a de que o dialeto caipira resulta das dificuldades de nheengatu-falantes para falar o português. É nesse sentido que afirmo que o dialeto caipira é uma derivação ou um desdobramento do nheengatu. Ou

seja, estamos falando de populações bilingües. É claro que o dialeto caipira, como qualquer língua, também é dinâmico e evolui. Nota-se isso na facilidade de incorporação de palavras novas da língua portuguesa, neologismos, mas também estrangeirismos, devidamente adaptados à pronúncia dialetal [...]

As dificuldades de pronúncia de certos sons da língua portuguesa pelos índios dos séculos XVI a XVIII e também pelos mestiços, seus descendentes, os chamados caipiras, marcaram fundo as sonoridades do dialeto caipira [...]

Na verdade, o dialeto caipira, resíduo de uma proibição do rei de Portugal, se refugiou no interior do Brasil, onde era menor o alcance da repressão linguística determinada pelo monarca no século XVIII” (Martins, 2007).

O dialeto caipira sobrevivente entre os moradores da zona rural de algumas regiões do Brasil e entre os seus descendentes urbanizados, é considerado, então, uma língua de resistência das populações mestiças contra a imposição de uma língua oficial por parte da Coroa portuguesa, que impunha a sua língua “para legitimar a posse da terra e coibir o uso do *nheengatu*, temido como forma de os missionários controlarem os índios. Esta política de imposição da língua portuguesa tinha um sentido claro de promover a dominação dos povos e a obediência ao monarca” (Villalta, 2004, p. 61).

As línguas são melhor estudadas se forem relacionadas com as formas de vida, trabalho e relações sociais dos seus falantes. Originalmente, no passado, como a citação do texto do professor Martins indica, as formas de vida e de trabalho e as relações sociais entre os

moradores das zonas rurais construíram o dialeto caipira como o seu veículo de expressão e comunicação de significado. O dialeto caipira expressa uma forma de sociabilidade que tem na linguagem oral e na informalidade o meio para a conciliação de diferenças, resolução dos conflitos do cotidiano e a manutenção dos vínculos comunitários, necessários para a reprodução da vida material e espiritual do grupo em um meio rural marginalizado, como pode ser ilustrado pelos *mutirões* para a colheita, as reuniões para oração do terço ou para as festas e também pelo empenho na preservação dos laços familiares e no respeito aos idosos da comunidade. Não é possível, então, estabelecermos uma fronteira que separe a fala do idioma da vida econômica e da relação do grupo falante com a natureza.

Assim, a casa rústica, o quintal e a periferia próxima – o bairro, a vizinhança, acabam não sendo apenas os lugares do trabalho familiar, mas igualmente os espaços de quase toda a vida social e simbólica do caipira paulista. Ali as pessoas convivem entre parentes, “*cumpadres*” e vizinhos. Ali “*festam*” nos batizados, casamentos e *mutirões*. Ali praticam em família ou “no bairro” quase toda a vida religiosa: a pequena reza do terço que reúne à volta de um oratório caseiro as pessoas da família, os parentes e vizinho de residência próxima; as festas familiares de devoção coletiva, que obrigam à reunião de grupos maiores para a “*devoção*” ou “*cumprimento de um voto válido*”, com comida, reza, canto e dança, de que os festejos *roceiros* dos santos juninos ou de São Gonçalo são bons exemplos (Brandão, 1983, p. 77).

A linguagem caipira é expressão também das formas de espiritualidade, fortemente marcadas pelo catolicismo dos colonizadores, mas também hibridizada com as formas de religiosidade indígena e africana. Como nos ensina Alfredo Bosi, “da maior parte das expressões da cultura não letrada se poderá dizer que são um complexo de formas significantes cujo sentido comum é o culto, a devoção. São instituições regradas de tal modo que a comunidade possa atualizar em si o sentimento da própria existência e da própria identidade” (Bosi, 1996, p. 47).

Através da língua falada as populações mantidas à margem da escrita e do sistema escolar estabeleceram e ainda estabelecem a sua vivência cotidiana conflituosa ou baseada nos vínculos afetivos, no lúdico, na confiança, no compadrio e no parentesco e expressam suas crenças, opiniões, modos de ver e de agir que dão significado e sentido para as suas vidas.

Diferenças entre a cidade e o campo

O predomínio político e a concentração da riqueza entre as classes e camadas sociais dominantes urbanas dos grandes centros, produziu o desprezo e a rejeição dos moradores urbanos falantes da língua dominante, principalmente por parte das camadas sociais formadas por trabalhadores intelectuais, em relação aos trabalhadores braçais rurais e suas formas de expressão, como atesta o tratamento depreciativo à linguagem caipira que sobrevive entre os moradores do campo de algumas regiões do Brasil e seus descendentes urbanos.

A violência simbólica legítima realiza, assim, uma brutal imposição de uma forma específica de comunicação, a linguagem dominante, tida como “cultura”, contra os falares considerados deselegantes, incorretos, inadequados,

vulgares, existentes no Brasil. Os trabalhadores intelectuais como professores, jornalistas, escritores, advogados etc., se consideram guardiões dos códigos linguísticos dominantes, escondendo que a sua autoridade é legitimada pela arbitrariedade com que as formas de falar e escrever “corretamente” são impostas sobre inúmeras outras formas de expressão. Nem é necessária a dissimulação da violência com a qual os praticantes de formas de expressão linguísticas desautorizadas são humilhados e excluídos socialmente. O que a quase totalidade dos trabalhadores intelectuais fazem questão de ignorar é que a redução de todas as formas de se comunicar, orais ou escritas, a uma forma única, tida como correta e elegante, leva a um empobrecimento da capacidade de comunicação humana e de expressão de significados, negando reconhecimento a algumas formas de expressão identitária. As expressões linguísticas são ilimitadas, infinitas e mutáveis e a princípio não haveria razão para aceitarmos que só uma forma de expressão deva ser privilegiada.

Ocorre, no entanto, uma relação de forças entre as formas de expressão linguísticas dominantes e autorizadas, e os falares marginalizados pela dominação cultural representada pela imposição de uma forma única e legítima de uso padronizado da língua portuguesa, que chega ao ponto de emudecer os não praticantes desta forma de comunicação padronizada, e assim perdem a voz, ou renunciam à própria fala alegando para si mesmos que “não sabem falar”.

Evidentemente, a necessidade de superação da herança do colonialismo não quer dizer que devemos ignorar os códigos culturais, experiências e linguagens de origem europeia, como as

ciências, artes e religiões, mas quer dizer, ao contrário, que devemos ter a capacidade de criticá-las, dimensionando-as como formas particulares de expressão cultural de populações e grupos particulares, sem dúvida relevantes, mas que não são superiores a nenhuma outra forma de expressão cultural dos povos espalhados pelo mundo.

Ab-rogação e apropriação

Ao invés de estereotiparmos os grupos sociais segundo o critério da gramática oficial, valorizar as formas linguísticas criadas pelos marginalizados pelas instituições dominantes leva ao reconhecimento das formas como os diferentes grupos representam a si mesmos, como se concebem, como imaginam a sua relação com os outros grupos e como expressam esse conhecimento sobre si mesmos através das formas de expressão que consideram mais adequadas.

A língua portuguesa formal, imposta como a única língua oficial do país, em meio a centenas de outras línguas existentes no Brasil, não é a única forma legítima de expressão e pode perfeitamente conviver com os dialetos e falares brasileiros das diferentes regiões e periferias das grandes cidades e com as línguas indígenas e quilombolas existentes no país. E isso será possível se reconhecermos, por exemplo, a legitimidade das noções de ab-rogação e apropriação próprios do pensamento pós-colonial. O termo ab-rogação, como nos ensina o professor Thomas Bonnici, “significa a rejeição de conceitos normativos oriundos das línguas europeias” ou marginalização das línguas e dialetos híbridos dos colonizados, como é o caso do dialeto caipira no Brasil, entre outros. Em contrapartida, podemos colocar em relevo a importância da “apropriação”,

através da qual a língua europeia se adapta a descrever o ambiente não-europeu em foco[...] A teoria da ab-rogação mostra que há um antídoto contra o aprisionamento do colonizado nos paradigmas conceituais do colonizador. Através da apropriação o colonizado assume a linguagem (e outros itens como o teatro, o filme, a filosofia) do colonizador e a põe a seu serviço. Portanto, é a maneira pela qual a cultura colonizada usa os instrumentos da cultura dominante para contrapor-se ao controle político do dominador (Bonnici, 2005, p. 13).

Em termos práticos, não se trata de propormos a substituição da língua portuguesa pelo tupi, como pretendia o Quaresma, de Lima Barreto. Mas se trata, isto sim, de propormos algo muito mais simples, como, por exemplo, que deixemos de considerar a língua dominante como superior e a única aceitável. Como também propõe o professor Martins (2003), “...somos um povo bilíngue, e o reconhecimento desse bilinguismo seria fundamental no trabalho dos educadores, em particular para enriquecer a compreensão da língua portuguesa, última flor do Lácio, inculta e bela, mais bela ainda porque invadida por esse outro lado da nossa identidade social, que temos em desconhecer”.

Concluindo

Uma tarefa dos intelectuais críticos é desafiar e transgredir os conhecimentos e as relações sociais propostas pelas instituições dominantes que concentram as posições de poder em nossa sociedade. As línguas, a filosofia, a literatura, a ciência e a teologia cristã foram difundidos em todo o mundo pelos povos europeus como se fossem os únicos saberes válidos.

Neste artigo sobre o dialeto caipira considereirei como um pressuposto, seguindo a sugestão de Homi Bhabha (1998, 240), “que é com aqueles que sofreram o sentenciamento da história – subjugação, dominação, diáspora, deslocamento – que aprendemos nossas lições mais duradouras de vida e pensamento”, lições que podem contribuir para que nos libertemos do peso das estruturas de poder para que as nossas mentes e as nossas vidas sejam descolonizadas.

Referências

BHABHA, Homi K. O local da cultura. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1998.

BOSI, Alfredo. Dialética da colonização. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Os caipiras de São Paulo. São Paulo, Brasiliense, 1983.

BONNICI, Thomas. O pós-colonialismo e a literatura : estratégias de leitura. Maringá, Eduem, 2000.

_____. Conceitos-chave da teoria pós-colonial. Maringá, Eduem, 2005.

GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética de História, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

GIROUX, Henry A. Cruzando as fronteiras do discurso educacional – novas políticas em educação. Porto Alegre, Artes Médicas Sul, 1999.

GUIMARÃES, Eduardo. Entrevista a CAMPBELL, Ulisses. Jornal Correio Brasiliense, Brasília, 18 de julho de 2004.

HALL, Stuart. “Notas sobre a desconstrução do “popular”. In: HALL, S. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte, Editora UFMG; Brasília, Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

Martins, José de Souza. Línguas brasileiras – dialeto caipira. In: <http://www.sosaci.rog/balaio2.htm>. Acessada em 03/06/2007.

Martins, José de Souza. “A proibição da língua brasileira”. In: Jornal Folha de São Paulo, 20 de julho de 2003.

SAID, Edward W. Cultura e imperialismo. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

TAYLOR, Charles. Argumentos filosóficos. São Paulo, Loyola, 2000.

VILLALTA, Luiz Carlos. “Uma Babel colonial”. In: Revista Nossa História, Ano 1, n. 5 / março de 2004, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 2004.

ZILLES, Ana Maria Stahl. “O jeitinho brasileiro de falar português”. In: Revista Biblioteca Entre Livros, São Paulo, Duetto Editorial, 2005.